

1 MINUTA DA ATA DA 54ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

2 Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2.002, às 10:00 horas, realizou-se no Salão dos Governadores do
3 Palácio Iguçu, a 54ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, com a seguinte pauta:
4 relato sobre a Auditoria em Empreendimentos de Petróleo; relato sobre o componente "Controle da
5 Suinocultura", do PNMA II; aprovação do Relatório Final da Câmara Temática criada para regulamentar a
6 escolha dos membros designado do CEMA; aprovação do Relatório Final da Câmara Temática criada para
7 regulamentar o transporte de cargas perigosas no Estado do Paraná; e, aprovação do Relatório Final da
8 Câmara Temática criada para propor diretrizes para o Programa Estadual de Educação Ambiental. A
9 reunião foi instalada pelo Presidente do Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
10 Hídricos, senhor JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, e contou com as presenças de JOSÉ TADEU
11 SMOLKA, Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, dos Conselheiros Titulares:
12 ANTONINHO CARON, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; CARLOS MELLO
13 GARCIAS, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR; CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE
14 BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; DENI LINEU
15 SCHWARTZ, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; ESPARTANO TADEU DA
16 FONSECA, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de São José dos Pinhais; LÍDIA
17 LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; LUIZ CARLOS MARTINS DE
18 LIMA, da Força, Ação e Defesa Ambiental - FADA; LUIZ GUILHERME PAULI, da Federação das Indústrias
19 do Estado do Paraná - FIEP; MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, Procuradora Geral do Estado; MÁRIO
20 SÉRGIO RASERA, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; NICOLAU IMTHON
21 KLÜPPEL, Diretor-Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e
22 Saneamento Ambiental - SUDERHSA; SÉRGIO GONÇALVES LIMA, da Federação dos Trabalhadores em
23 Educação do Estado do Paraná - FETEPAR; e VÂNIA MARA MOREIRA DOS SANTOS, do Instituto Os
24 Guardiões da Natureza - ING; dos Conselheiros Suplentes: ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, representando
25 MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, Procuradora Geral do Estado; ANTONIO CARLOS CHIAROTTI, do
26 Núcleo de Apoio Integrado Pró-Iguçu - NAIPI; ERNANI AUGUSTO BRESCIANINI, representando
27 ALCYONE VASCONCELOS SALIBA, Secretária de Estado da Educação; HÉLIO DUTRA DE SOUZA, do
28 Instituto Ambiental do Paraná - IAP; JACKSON CÉSAR BASSFELD, Secretário Municipal de Urbanismo e
29 Meio Ambiente de Pontal do Paraná; JOÃO PERCI HOHMANN, representando RAMIRO WAHRHAFTIG,
30 Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo; JORGE SEBASTIÃO DE BEM, da
31 Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental; LORIS CARLOS
32 GUESSE, representado RAFAEL BERNARDO DELY, Secretário Especial da Política Habitacional; LUIZ
33 ANSELMO MERLIN TOURINHO, representando JOÃO LUIZ RODRIGUES BISCAIA, da Federação da
34 Agricultura do Estado do Paraná - FAEP; MARCO AURÉLIO BUSCH ZILIOOTTO, do Instituto ECOPLAN;
35 NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, representando DENI LINEU SCHWARTZ, Secretário de Estado da
36 Agricultura e do Abastecimento; MARIA JOSÉ BRAGA BETTEGA, representando ROBERTO DIMAS
37 VASCONCELOS DEL SANTORO, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano; MAURO
38 NAGASHIMA, representando RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia;
39 PAULO APARECIDO PIZZI, do MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais; PAULO DE ARAUJO
40 GUERRA, representando LUIZ CARLOS SOBANIA, Secretário de Estado da Saúde; e dos Convidados:

41 ANA CECÍLIA B. A. NOWACKI, do Instituto Ambiental do Paraná; JORGE RAMON ARAUJO MELLO, da
42 Amigo das Águas; MARIANNA SOPHIE ROORDA, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos
43 Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA; PATRÍCIA LUPION TORRES, Consultora de Educação
44 Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; SANDRA MARA PEREIRA DE
45 QUEIROZ, do Programa PNMA II, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
46 SIMONE KRUK SETTI, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais; e VITÓRIO SOROTIUK, da Ordem
47 dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná. Após verificar a existência de quorum, o conselheiro JOSÉ
48 ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do
49 CEMA, deu início à reunião, saudou os presentes e passou a palavra ao senhor JOSÉ TADEU SMOLKA,
50 Secretário Executivo do CEMA, que iniciou o relato do expediente, colocando a minuta da Ata da reunião
51 anterior, a quinquagésima-terceira reunião ordinária do CEMA, em discussão. Não havendo nenhum
52 questionamento, a mesma foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade
53 ao expediente, o senhor JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, listou as
54 correspondências recebidas: 01- indicando para representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
55 Urbano – SEDU, a senhora MARIA JOSÉ BRAGA BETTEGA; 02- indicando para representante da
56 Secretaria da Estado da Saúde – SESA, o senhor PAULO DE ARAÚJO GUERRA; 03- do Instituto
57 Ambiental do Paraná – IAP, sobre projetos aprovados para receber recursos do Fundo Estadual do Meio
58 Ambiente – FEMA, e que deverão passar por revisão do CEMA; 04- da Associação de Defesa do Meio
59 Ambiente de Araucária – AMAR, na qual esta entidade comunica a impossibilidade de assinar o convênio
60 para receber recursos do FEMA; 05- da FETAEP, justificando a ausência de seu representante; 06- da
61 Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, indicando para representante o senhor JOÃO
62 PERCI HOHMANN e 07- da AMAR, com propostas sobre a conservação dos recursos hídricos, para ser
63 discutida em Assuntos Gerais. Encerrado o Expediente, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO,
64 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, solicitou que a
65 senhora ANA CECÍLIA B. A. NOWACKI, do Instituto Ambiental do Paraná, relatasse o resultado final das
66 Auditorias Ambientais realizadas nas empresas com instalações de refino, armazenagem e transporte de
67 petróleo e seus derivados, em função das resoluções 007/2001 e 016/2001 deste Conselho. Após discorrer
68 detalhadamente sobre os resultados obtidos em cada unidade auditada, que foram: REPAR, em Araucária;
69 TRANSPETRO, em Paranaguá; ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO, em Araucária; IPIRANGA
70 BRASILEIRA DE PETRÓLEO, em Araucária; SHELL DO BRASIL, em Maringá e em Guarapuava; FOX
71 DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO, em Araucária, em Guarapuava e em Cascavel; SADIP – SERVIÇOS
72 AUXILIARES DE DISTRIBUIÇÃO DE PETRÓLEO, em Araucária; SM – DISTRIBUIDORA DE GÁS, em
73 Araucária; UTINGÁS – ARMAZENADORA, em Araucária; FACIPAR, em Ponta Grossa; PETROSIX, em
74 São Mateus do Sul; base da PETROBRÁS, em Londrina; e a TECAR, em Araucária; a senhora ANA
75 CECÍLIA B. A. NOWACKI, do Instituto Ambiental do Paraná, encerrou sua preleção informando que a
76 referida resolução e seus anexos serviram de base para a criação da Lei Estadual de Auditorias
77 Ambientais, de número 13.448/2002. Ao ser questionada pelo conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE
78 BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; Ana Cecília
79 esclareceu que cada empresa escolheu e contratou a equipe de auditores independentes, por conta própria,
80 e de acordo com as exigências da resolução 007/2001-CEMA; além disso informou também que as

81 auditorias foram acompanhadas por funcionário do IAP e que os relatórios podem ser vistos e analisados
82 pelos conselheiros, não sendo permitido tirar cópias dos mesmos a fim de resguardar o sigilo sobre os
83 processos industriais envolvidos. A seguir e concluindo o assunto, a conselheira LÍDIA LUCASKI, da
84 Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; frisou a necessidade do maior rigor
85 possível, por parte do IAP, ao renovar as Licenças Ambientais das empresas auditadas, até mesmo
86 realizando audiências públicas antes de conceder as referidas licenças. De posse da palavra, o conselheiro
87 JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e
88 Presidente do CEMA, ao passar ao segundo assunto da pauta, discorre brevemente sobre o Programa
89 Nacional do Meio Ambiente, com recursos do Banco Mundial e administrado pelo Ministério do Meio
90 Ambiente, que tem, em um de seus componentes, o de recuperação de Passivos Ambientais e sobre este
91 assunto, solicita que a senhora SANDRA MARA PEREIRA DE QUEIROZ, do Programa PNMA II, da
92 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; apresente o componente "Controle da
93 Suinocultura". Esta, por sua vez, explica que o principal objetivo do programa é estimular práticas
94 sustentáveis entre os diversos setores da sociedade e que o Estado do Paraná está com alguns projetos
95 em andamento nesta área e no componente de "desenvolvimento institucional" existem os projetos
96 Licenciamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade da Água e Gerenciamento Costeiro e no
97 componente de "gestão integrada de ativos ambientais", existe o projeto sobre o qual foi desenvolvida a
98 palestra em que, nesse caso específico, o ativo ambiental é a água e que se chama "Controle da
99 Contaminação Ambiental Decorrente da Suinocultura". A coordenadora do programa discorreu sobre o
100 projeto, seu objetivo geral de desenvolvimento das atividades suinícolas, reduzindo os impactos sobre as
101 águas e o solo e sua importância ambiental, econômica e social para a população da região sul e sudoeste
102 do Estado do Paraná. Na seqüência, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado
103 do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA; complementou dizendo que esses projetos
104 não solucionam todos os problemas, mas estão servindo de referência para implementação deste modelo
105 nos estados do sul, com incentivos da entidade financiadora. Esclareceu ainda questionamento do
106 conselheiro SÉRGIO GONÇALVES LIMA, da Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do
107 Paraná - FETEPAR; a respeito da disponibilização de recursos para solucionar os problemas, não só do
108 Banco Mundial, a fundo perdido, como também de parceiros que entram com contrapartida, como é o caso
109 do SINDICARNES. Em seguida, passou a palavra para a conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF,
110 representando MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, Procuradora Geral do Estado; para que fizesse o
111 relato da Câmara Temática para Regulamentação da Escolha dos Membros Designados do CEMA.
112 Fazendo uso da palavra, a conselheira informou que houve três reuniões, nas quais procedeu-se a análise
113 dos dispositivos legais e das resoluções do CEMA relacionados com a matéria e decidiu-se pela
114 necessidade de criação de uma Câmara Temática permanente para a escolha das entidades a serem
115 cadastradas no CEENG e pela emissão de uma resolução que estabelecesse prazos e garantisse a
116 publicidade na indicação dos membros designados do CEMA. Foram elaboradas duas minutas de
117 resolução que a Câmara Temática submeteu à apreciação do Plenário. Usando da palavra, o senhor JOSÉ
118 TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, coloca em discussão e votação a resolução sobre
119 prazos no processo de indicação dos membros designados do CEMA, a qual foi aprovada unanimemente.
120 Dando seqüência, avisa que há necessidade, para aprovar a outra resolução, de eleger os cinco membros

121 da Câmara Temática que vai ser responsável pelo cadastro das entidades não-governamentais. Fazendo
122 uso da palavra, o senhor JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e
123 Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA; sugere que se mantenha o mesmo grupo que elaborou as
124 resoluções, ao que a conselheira VÂNIA MARA MOREIRA DOS SANTOS, do Instituto Os Guardiões da
125 Natureza - ING; pede para que o representante do ING seja substituído pelo conselheiro PAULO
126 APARECIDO PIZZI, do MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais. Em seguida, o conselheiro
127 LUIZ GUILHERME PAULI, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP; pronuncia-se sobre o
128 caráter da Câmara Temática, que vai tratar de assunto de interesse exclusivo das ONGs, e por esse fato
129 abre mão da vaga da FIEP, sugerindo que a mesma seja ocupada por uma ONG. Com a disposição
130 manifestada pelo conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em
131 Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; esta entidade integra-se à Câmara Temática que, com a
132 substituição da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio pelo IAP, fica assim composta: PGE na
133 relatoria e ING e SPVS, representando os membros designados e SEPL e IAP representando os membros
134 natos. Não havendo mais proposições de alteração à minuta de resolução apresentada, a criação da
135 Câmara Temática para regulamentação e implementação do processo de análise e aprovação das
136 solicitações de cadastramento junto ao CEENG, de caráter permanente, é aprovada por unanimidade. Em
137 seguida, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e
138 Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA; explica que o CEMA foi criado através de uma decreto e que
139 uma minuta de Lei estava sendo criada para ratificar e consolidar as disposições do decreto e, a seguir,
140 passou a palavra ao senhor PEDRO DIAS, técnico do IAP, para que este expusesse o relato final da
141 Câmara Temática que estudou a questão do Transporte de Cargas Perigosas. Usando da palavra, o relator
142 informou que os trabalhos iniciaram em maio de 2001 e já em junho desse mesmo ano, o Governo do
143 Estado criou o Decreto 4299/2001, repassando à uma Comissão composta por uma série de instituições as
144 mesmas atribuições da Câmara Temática, além de instituir o Programa Estadual de Controle, Manuseio e
145 Armazenagem de Produtos Perigosos no Estado do Paraná; o relator explicou que a Câmara Temática
146 elaborou algumas propostas para serem encaminhadas a essa Comissão maior, estabelecida pelo Decreto,
147 e entre elas está a necessidade da elaboração de uma Coletânea de Leis sobre Transporte e Controle de
148 Cargas Perigosas, Manuseio ou Armazenagem no estado do Paraná, ou então um Código sobre esse
149 assunto, para facilitar o acesso a essas informações; outra proposta foi que a Comissão estabelecida pelo
150 Decreto tivesse claras as atribuições de cada um de seus membros; e, como última sugestão, foi proposto
151 que houvesse um licenciamento específico para empresas transportadoras em geral. Ao término do
152 relatório, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e
153 Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA; colocou em discussão e votação o relatório, o qual, não
154 havendo nenhum pronunciamento a respeito, foi aprovado por unanimidade. A seguir, a palavra foi cedida à
155 senhora PATRÍCIA LUPION TORRES, Consultora da Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio
156 Ambiente e Recursos Hídricos; para fazer o relato sobre a Câmara Temática de Educação Ambiental.
157 Usando da palavra, a relatora explica que a SETI, que fazia parte dessa Câmara Temática convocou todas
158 as Universidades do Estado para participarem dos trabalhos e as mesmas elaboraram um documento
159 preliminar que foi submetido às instituições ligadas ao tema "Educação Ambiental no Paraná" e que
160 estiveram presentes na reunião realizada em Dezembro de 2001, no CIETEP. Como resultado das

161 discussões sobre este documento e das considerações feitas nesse encontro, foi elaborado o documento
162 final, que havia sido enviado a todos os conselheiros, que contém orientações para implementar o Programa
163 de Educação Ambiental do Estado do Paraná. Colocado o relatório em discussão, foi necessário esclarecer
164 que o mesmo serviria como base para a criação de uma Lei e que haveria a necessidade de ratificar a
165 Câmara Temática, que teria outras atribuições a partir deste momento, entre elas a de fazer a ligação entre
166 a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CINEA, a ser criada oficialmente, e os Governos
167 Estadual e Federal, visando o repasse de verbas e a criação de pólos de Educação Ambiental. Usando da
168 palavra, o conselheiro CARLOS MELLO GARCÍAS, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-
169 PR; colocou-se e à sua universidade à disposição para substituir um membro representante dos membros
170 designados na Câmara Temática, no que foi apoiado pelo conselheiro ERNANI AUGUSTO BRESCIANINI,
171 da Secretaria de Estado da Educação. Colocados em votação, relatório e resolução foram aprovados por
172 unanimidade, ficando extinta a antiga e criada nova Câmara Temática de Educação Ambiental, de caráter
173 permanente e com as atribuições de criar e instituir oficialmente a CINEA, de gerir integradamente com
174 esta Comissão o Programa Estadual de Educação Ambiental, para o que é necessário este organismo ágil,
175 composto de representantes de todo o setor de Educação Ambiental do Paraná, e que terá em sua
176 composição a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na relatoria; as Secretarias de
177 Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, como representantes dos membros natos
178 do CEMA; e a entidade não-governamental Força, Ação e Defesa Ambiental - FADA e a Pontifícia
179 Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, como representantes dos membros designados do CEMA. A
180 seguir, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e
181 Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA; introduz o próximo item da pauta, relembando todos os passos
182 do programa em que o CEMA criou uma carteira de projetos ambientais e informando sobre os projetos que
183 tiveram alguns problemas de colocação o que dificultou sobremaneira a elaboração e assinatura dos
184 respectivos convênios. Devido a esses fatos, solicitou que o conselheiro MÁRIO SÉRGIO RASERA, Diretor-
185 Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; expusesse detalhadamente o assunto. Fazendo uso da
186 palavra, o conselheiro explicou que o IAP concluiu revisão de todos os projetos e que alguns deles
187 apresentaram problemas que impossibilitaram a realização de convênios sem discordar com as
188 Legislações Estadual e Federal e também com relação à continuidade e conclusão dos projetos. O
189 conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
190 Hídricos, e Presidente do CEMA; acrescentou que, através do documento apresentado à Plenária do
191 CEMA, o IAP sugere que a Câmara Temática de Acompanhamento da execução destes projetos, criada
192 recentemente pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, retome a análise desses dez projetos, das
193 seguintes entidades: AMAR – Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – SID 4.974.182-0;
194 ANTROPOSPHERA – Instituto para o Desenvolvimento do Meio Ambiente – SID 4.974.274-6; APROMAC –
195 Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – SID 4.974.189-8; CEPAS – Centro de Pesquisas
196 e Ações em Desenvolvimento Sustentável – SID 4.974.289-4 e SID 4.974.287-8; CRETÃ – Fundação Ângelo
197 Cretã de Educação Ambiental – SID 4.974.247-9; Fundação Verde – SID 5.005.481-0; IDEAL – Instituto de
198 Desenvolvimento Econômico e Ação Social do Litoral – SID 4.974.296-7; NAIPI – Núcleo de Apoio Integrado
199 Pró-Iguaçu – SID 4.974.311-4; SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental –
200 SID 4.974.270-3; sobre os quais teceu breves comentários, liberando a palavra para questionamentos. Com

201 a palavra, os conselheiros CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida
202 Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; LÍDIA LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de
203 Araucária - AMAR; e LUIZ CARLOS MARTINS DE LIMA, da Força, Ação e Defesa Ambiental - FADA;
204 solicitam esclarecimentos sobre o procedimento que vai ser levado a efeito pela Câmara Temática quanto
205 aos projetos em re-análise; sobre o projeto do jornal ambiental da Fundação Angelo Cretã de Educação
206 Ambiental e sobre a existência de um eventual prazo para a aprovação definitiva destes projetos, ao que o
207 conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
208 Hídricos, e Presidente do CEMA; tranquiliza a todos, informa que vai participar pessoalmente dos trabalhos
209 da Câmara Temática e que não existe nenhum prazo específico pressionando os trabalhos que devem ter
210 seus resultados trazidos a Plenário na próxima reunião ordinária do CEMA. Aproveitando a oportunidade, o
211 conselheiro convida a todos para voltarem ao Palácio Iguazu para a assinatura dos 42 (quarenta e dois)
212 convênios deste programa do FEMA, a criação de algumas Unidades de Conservação e a apresentação do
213 Projeto Paraná Biodiversidade – Rede de Biodiversidade, de 15 milhões de dólares obtidos a fundo perdido
214 do GEF/Banco Mundial, no próximo dia 05 de julho, Dia Mundial do Meio Ambiente. A seguir, passa a
215 palavra à conselheira LÍDIA LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR;
216 que, devido ao pouco tempo que resta de reunião, sugere discutir seu ofício que trata da assinatura do
217 convênio do projeto da AMAR diretamente com a Câmara Temática de Acompanhamento e reitera seu
218 outro pedido, sobre a necessidade de intensa divulgação de medidas de proteção e recuperação de matas
219 ciliares, corpos e cursos hídricos na mídia em geral e nas contas de energia elétrica da COPEL. O
220 conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
221 Hídricos, e Presidente do CEMA; complementa sugerindo que a colocação da conselheira seja
222 transformada numa moção para a entidade envolvida, o que é aprovado unanimemente, sendo dada a
223 palavra para a conselheira VÂNIA MARA MOREIRA DOS SANTOS, do Instituto Os Guardiões da Natureza
224 - ING; que pede pela instalação de um escritório local do IAP em Prudentópolis, expõe todas suas razões
225 para tal proposta e ainda coloca a instituição que dirige à disposição para auxiliar no funcionamento do novo
226 escritório. A conselheira ainda comenta sobre projeto que o ING desenvolve em parceria com a Promotoria
227 Pública, Escritório Regional do IAP e Polícia Florestal de Ponta Grossa, e que irá, a partir de agosto desse
228 ano, impor aos infratores ambientais, além das penas cabíveis, que passem por um curso de Educação
229 Ambiental, com a duração de 20 horas. Para encerrar sua participação, a conselheira sugere que o tema
230 "conservação da biodiversidade da floresta de Araucária" faça parte da pauta da próxima reunião ordinária,
231 em apoio à mesma proposta do conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de
232 Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS. O conselheiro JOSÉ ANTONIO
233 ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA;
234 discorre brevemente sobre o trabalho de levantamento de dados que está sendo executado sobre as
235 Florestas de Araucária, o que pode ser objeto de discussão em uma próxima reunião do CEMA e passa a
236 palavra ao conselheiro ESPARTANO TADEU DA FONSECA, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio
237 Ambiente de São José dos Pinhais; que faz comentários elogiando a iniciativa do Estado em descentralizar
238 atividades do IAP aos municípios, pede que seja disponibilizada para os conselheiros a Lei 13.448 sobre
239 Auditorias Ambientais e informa brevemente sobre a solução que a exigência de licença ambiental para
240 desmembramento do solo urbano terá à medida que os municípios forem assumindo as atribuições da

241 descentralização. Com a palavra, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do
242 Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA; detalha a história de mais de cinco anos do
243 programa de descentralização ambiental, em que os municípios irão, gradativamente, assumindo as
244 atribuições de licenciamento e fiscalização, atualmente encargos do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, e
245 que agora principia a ser efetivado nos municípios das regiões metropolitana de Curitiba e litorânea. Ainda
246 esclarecendo preocupação da conselheira LÍDIA LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de
247 Araucária – AMAR, com relação à descentralização das atribuições daquele Instituto, especificamente, ao
248 município de Mandirituba, contra cuja administração a Conselheira expressou severas restrições, o
249 Presidente do CEMA complementou assegurando que a integral implementação do programa de
250 descentralização irá se dar aos poucos em cada município, à medida que ali existam as condições físicas,
251 humanas e de recursos para tal e que, ao contrário do que a conselheira pensou, a estrutura municipal,
252 além de necessitar de técnicos, recursos financeiros e estrutura física, deverá contar também com a
253 existência de conselho municipal de meio ambiente deliberativo e em pleno funcionamento, o que
254 assegurará a fiscalização e a parceria da sociedade com o Poder Executivo Municipal no desempenho
255 destas atividades descentralizadas. Nada mais havendo a tratar, o conselheiro JOSÉ ANTONIO
256 ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e Presidente do CEMA;
257 convocou a próxima reunião ordinária para o mês de agosto próximo, agradeceu a presença maciça de
258 todos os conselheiros e deu por encerrada esta 54ª reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
259 CEMA, da qual eu, _____, JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do Conselho Estadual
260 do Meio Ambiente, elaborei a presente ata, aos 27 dias do mês de maio de 2002.